

20 ABR 2016

# GAZETA DO POVO

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Aprovada PEC que muda Órgão Especial

Katia Brembatti

• Uma redistribuição de poder — e de trabalho — está em curso no Tribunal de Justiça do Paraná. A Assembleia Legislativa aprovou na 2.<sup>a</sup> feira a proposta de emenda constitucional (PEC) que autoriza que o número de desembargadores do Órgão Especial do TJ varie de 11 a 25.

Atualmente, a instância responsável por alguns dos mais importantes julgamentos dentro do TJ é formada pela quantidade máxima de membros: 25. Na prática, a mudança, que ainda precisará ser avaliada pelo conjunto de todos os desembargadores, poderá colocar em menos mãos as decisões mais cruciais do Judiciário paranaense, como abertura de ações criminais contra prefeitos, secretários e deputados estaduais.

O presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, afirma que pediu ao governo a apresentação da PEC para adequar a legislação estadual à federal, que já estabelece a possibilidade de o número variar de 11 a 25. Ele argumenta que há uma sobrecarga de trabalho aos desembargadores que analisam, simultaneamente, os processos do Órgão Especial e das Câmaras a que pertencem. Em alguns tribunais os integrantes receberiam, diz o presidente, menos processos para compensar a dupla função.

Vasconcelos conta que a discussão sobre a possibilidade de redução tomou corpo em 2008, quando uma proposta foi encaminhada ao

Executivo. Mas o projeto não andou e teria sido retomado recentemente. Depois de aprovada, a PEC será discutida pelo Pleno. Só aí será decidido se haverá redução e para qual quantidade. O presidente, o 1.<sup>o</sup> vice-presidente e o corregedor-geral ocupam obrigatoriamente assentos no Órgão. O presidente só vota em matérias constitucionais ou referentes à administração do TJ. Ele estima que a análise do caso deve acontecer no fim de maio.

Colaborou: Euclides Lucas Garcia

### BASTIDORES

Nos corredores do TJ e da Alep, os que são contra a redução do Órgão Especial alegam que, menor, o colegiado ficará mais suscetível a pressões e que os 'escolhidos' serão muito poderosos.

### Amapar é contra a mudança

• A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) se posicionou contrária à possibilidade de redução no Órgão Especial. Segundo o presidente da entidade, Frederico Mendes Júnior, seria uma decisão inédita no Brasil e com consequências para o andamento dos trabalhos: "Mesmo quando o TJ tinha 27 desembargadores, o Órgão Especial tinha 25 membros".

Mendes Júnior argumenta que a democracia participativa requer o máximo possível de pessoas participando das decisões. A associação espera participar do processo de decisão e pretende visitar gabinetes de desembargadores para expor a opinião contrária.

Para Mendes Júnior, o acúmulo de trabalho não é justificativa para a diminuição.

Segundo ele, é inegável que a redução na quantidade de integrantes "vai implicar em maior poder na mão de menos pessoas".

CONTINUA

20 ABR 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DISTRIBUIÇÃO DE FORÇAS

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça é um colegiado de desembargadores encarregado de algumas das mais importantes decisões do Judiciário.



**120** desembargadores compõem a segunda instância do Tribunal de Justiça do Paraná. Desses, 25 atualmente fazem parte do Órgão Especial. Mas foi aprovado que o número pode variar de 11 a 25.

### Órgão especial

#### Hoje



**25**  
magistrados

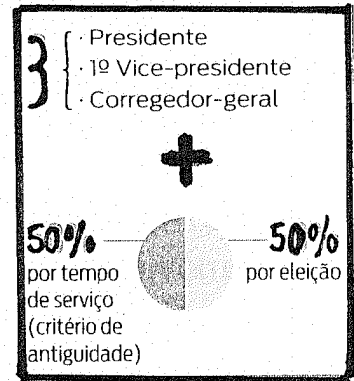
#### Como ficará



**11** até... **25** magistrados

### Estrutura

Do total de magistrados do conselho:



Fonte: Redação.  
Infografia: Gazeta do Povo.

# Corte de verba proposto por Richa divide Tribunal de Contas e Ministério Público

Ministério Público é contra o novo cálculo, enquanto o TC afirma que texto é condizente com o momento econômico do país

Kelli Kadanus

● A decisão do governador Beto Richa (PSDB) de retirar o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual constitucional obrigatório a ser repassado aos outros poderes divide opiniões no Centro Cívico.

O governo encaminhou na última segunda-feira à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, em que sugere um novo cálculo para os repasses.

Os poderes que vão enfrentar corte nos recursos se a LDO for aprovada como está não devem assistir à tramitação do projeto calados, sem exercer pressão sobre os deputados. Sem o FPE na fórmula do repasse, Alep, Tribunal de Contas (TC), Tribunal de Justiça (TJ) e Ministério Público (MP) perdem, juntos, mais de R\$ 450 milhões anuais no orçamento.

Em nota, o Ministério Público do Paraná afirmou que "não há dúvida" de que o FPE deve compor a base de cálculo do repasse do governo estadual para outros poderes.

X Por outro lado, o presidente do TC, desembargador Ivan Bonilha, é favorável ao corte proposto pelo Executivo. "Qualquer medida de contenção de gastos eu vejo com bons olhos", diz o desembargador.

Para o cientista político da PUC-PR Mario Sergio Lepre, a LDO de 2017 é realista ao levar em conta a situação econômica atual do país. "Na verdade o orçamento do estado vai ter que ficar dentro daquilo que é a condição do estado e aí vai haver necessidade de uma repactuação com a sociedade para saber exatamente onde está sendo gasto o dinheiro desses poderes", diz Lepre.

## DIÁLOGO

O governo do estado escolheu o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, para anunciar a abertura de diálogo. Segundo o tucano, o corte de pelo menos R\$ 459 milhões nos recursos dos outros órgãos não tem o objetivo de prejudicar ninguém, mas de manter o equilíbrio das contas estaduais.

Rossoni afirmou que a situação financeira do Paraná está estável na comparação com estados como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que vêm enfrentando dificuldades.



Ivan Bonilha, presidente do Tribunal de Contas, é favorável ao corte.

20 ABR 2016

# GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO PECÚLIO

## PF prende 14 acusados de fraude no PAC e no SUS em Foz do Iguaçu

Polícia estima que desvios em contratos públicos chegaram a R\$ 4 milhões. Prefeito de Foz, Reni Pereira, prestou depoimento coercitivo

**CURITIBA E FOZ DO IGUAÇU**

*Da Redação, com Diego Antonelli e Bruno Zanette, especial para a Gazeta do Povo*

● Quatorze pessoas foram presas pela Polícia Federal (PF) ontem, em cinco cidades do Oeste do Paraná, acusadas de fraudar licitações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), cerca de R\$ 4 milhões teriam sido desviados dos cofres públicos por meio de contratos superfaturados entre a prefeitura de Foz do Iguaçu e empresas da região.

Outras 19 pessoas foram conduzidas coercitivamente à delegacia da PF para prestar esclarecimentos, entre elas o prefeito de Foz, Reni Pereira (PSB). Ele foi ouvido pela manhã e liberado. Segun-

do a PF, R\$ 120 mil em dinheiro foram apreendidos na casa do prefeito. A polícia batizou a ação de ontem de Operação Pecúlio.

O secretário de Obras de Foz, Carlos Juliano Budel; o ex-secretário de Esportes Anderson Andrade; o ex-secretário de Saúde Charles Bortolo; e o vereador Hermógenes de Oliveira (PMDB) também prestaram depoimento coercitivamente.

Foram presos de forma preventiva o ex-secretário de Planejamento de Foz e gerente regional da Sanepar, Rodrigo Becker; o representante de uma empreiteira Nilton João Beckers; o ex-secretário municipal de Tecnologia da Informação Melquizedeque Souza; e o empresário Euclides de Moraes Barros Júnior.

A investigação apurou que há indícios da participação de pessoas ligadas à prefeitura ("laranjas") em empresas contratadas para prestar serviços e realizar obras junto à administração municipal.

A CGU identificou ainda uma série de outras irregularidades como: prejuízo ao erário (superfaturamento, por exemplo), restrições de

competição e outras fraudes formais e contratuais, e irregularidades que comprometeram a execução contratual.

Os investigados responderão pelos crimes de peculato, corrupção passiva e corrupção ativa, prevaricação, crimes a licitações e organização criminosa. Se condenados, os envolvidos podem pegar penas de mais de 20 anos de prisão.

### DEFESA

O prefeito Reni Pereira disse em entrevista à imprensa que os R\$ 120 mil encontrados são parte do mesmo montante recebido fruto de uma indenização judicial, sacado no banco em outubro de 2015 e que havia sido furtado e devolvido junto com duas armas levadas da casa dele. Na época, um policial militar foi preso por 'vazar' a informação à imprensa. A ação corria na 2.ª Vara Cível de Foz do Iguaçu. As armas possuem registro.

# 250

policiais federais, 23 agentes da Receita Federal e 14 da CGU participaram da operação. Foram ao todo 51 mandados de busca e apreensão em residências, órgãos públicos e empresas supostamente ligadas à organização criminosa.

### CAIXA ZERO

## O impeachment de Moro

**B**ancadas servem para defender interesses. A bancada ruralista defende os fazendeiros — se está contra Dilma, é porque o governo não atendeu esses interesses. O mesmo vale para a bancada da bala. As políticas petistas de defesa de direitos humanos e desarmamento irritam deputados do tipo “lei e ordem”, e é normal que eles queiram outros governos. A lógica serve para os evangélicos e até para bancadas estaduais.

O que quer, portanto, a bancada da Lava Jato? No domingo (17), os investigados por corrupção na Petrobras mostraram uma grande insatisfação com o governo. A Câmara que julgou o processo contra Dilma tem 22 investigados na lista de Janot. Desses, 16 deram voto pelo impeachment da presidente: nada menos do que 72% de insatisfeitos com o atual governo. Excluídos dois petistas e um ausente, o índice chega a 81%.

A maior parte dos acusados que abandonou Dilma vem do PP. Para quem não está acostumado com política, o PP é mais ou menos como a marmota do filme “Feitiço do Tempo”. Fica-se observando: quando o PP abandonar o governo, é porque ele não dura mais um mês. É porque outro governo está chegando e lá ele pretende se aboletar.

O PP também é o partido com mais investigados no escândalo da Petrobras. A legenda, junto com o PMDB, montou sociedade com o governo petista para desviar dinheiro da estatal de petróleo. Antes, o PP já havia participado com destaque do mensalão. Agora, numa reunião, decidiu que é hora de desmanchar a sociedade. Um dos motivos é evidente: a sociedade foi descoberta e não se pode continuar extraíndo os frutos que ela trazia.

(Sobre isso: o escritor Ambrose Bierce definia “amizade” como “um barco grande o suficiente para carregar duas pessoas quando há bom tempo, mas apenas um na tormenta”.)

Mas parece haver mais. O PP deve participar do governo Michel Temer, como adianta o paranaense Ricardo Barros — o deputado admite que seu partido deve estar basicamente ao lado de todos os presidentes, para ajudar na governabilidade, embora isso não se verifique com Dilma no momento. E embora tenha ficado nítida a pressão que o PT exerceu sobre os deputados, é evidente a essa altura que existe um “outro lado” pressionando igualmente.

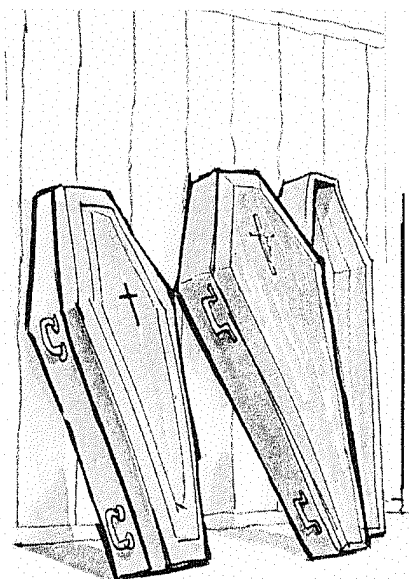
Temer se reuniu com deputados do PP e com o presidente do partido, Ciro Nogueira. Foi aí que o partido decidiu abandonar Dilma de vez. Foi aí que a bancada da Lava Jato fechou de vez com o impeachment. O que teria acontecido nessas conversas? O que Temer prometeu ao PP?

Em entrevistas e declarações, Temer tem dito que apoia a Lava Jato e que, inclusive, irá incentivá-la. Dilma Rousseff, que tem dezenas de defeitos, não parou a operação, e seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, ao sair do cargo teria dito que não aguentava mais Lula enchendo para que ele fizesse algo — para que parasse a Polícia Federal.

É preciso tomar cuidado para que Temer, caso vire presidente, não atenda os interesses dessa bancada em particular. Há no ar o cheiro de que o impeachment de Dilma pode ser, de fato, o impeachment de Sergio Moro.

20 ABR 2016

GAZETA DO POVO



PAIXÃO



20 ABR 2016

# GAZETA DO POVO

## **Ministros do STF divergem sobre rito conjunto do impeachment**

● Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) divergiram sobre a decisão dos presidentes do tribunal, Ricardo Lewandowski, e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), de fechar um roteiro conjunto sobre as próximas etapas de tramitação do processo de impeachment. O ministro Gilmar Mendes chegou a ironizar o entendimento entre os dois e afirmou que já há regras para serem executadas, que foram estabelecidas no processo de impeachment de Fernando Collor, em 1992. “[É necessário um roteiro]? Do momento que vai servir café, servir água ou coisas desse tipo? Até porque já teve um roteiro de autoria do ministro Celso de Mello. Eu tinha entendido até que isso já tinha sido resolvido.” Para o ministro Luiz Edson Fachin, os “balizas” do rito já foram fixadas pelo STF no julgamento de dezembro, quando discutiu regras para o processo de impeachment. Um outro ministro, no entanto, defendeu a posição de Lewandowski e disse que se fosse presidente adotaria a mesma decisão para deixar o rito mais claro e transparente.

## **JUSTIÇA**

### **Retirar matéria jornalística de site é censura, diz Barroso**

● O ministro do STF Luis Roberto Barroso afirmou ontem que determinar a retirada de matérias jornalísticas de sites de jornais ou portais na internet configura censura. Para ele, pessoas que se sentirem ofendidas podem recorrer à Justiça para pedir retificação do texto ou direito de resposta, mas não a exclusão das reportagens. Para o ministro, a retirada de texto fere a liberdade de expressão. A declaração ocorreu em julgamento do pedido de um empresário do Rio para retirar da internet reportagem da revista *Veja* que o retrata como “uma mistura de lobista com promotor e arroz de festa”.

## **STF nega recurso e mantém indiciamento do governador de Minas**

● O ministro do STF Celso de Mello negou ontem habeas corpus ao governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT). Ele queria que fosse anulado o ato da Polícia Federal que o indiciou pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e falsidade ideológica eleitoral. Pimentel é investigado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por suspeita de compra de medidas provisórias e favorecimento a empresas em empréstimos no BNDES no período em que era ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

20 ABR 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## Governo propõe reduzir repasses aos demais poderes

No texto da LDO, Executivo retira do Fundo de Participação dos Estados a base de cálculo do percentual constitucional que é repassado ao TJ, ao MP, à AL e ao TC

*"Todos os poderes devem dar a sua contribuição nesse momento de crise", defendeu ontem o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, sobre o corte nos repasses*

### LDO 2017

Retirada do FPE da base de cálculo do percentual constitucional obrigatório repassado aos outros poderes pode cortar R\$ 459 milhões de TJ, TC, MP e AL

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** – O governador Beto Richa (PSDB) retirou, no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, encaminhada à Assembleia Legislativa (AL) na última sexta-feira, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual constitucional obrigatório a ser repassado aos outros poderes. Com isso, o Tribunal de Justiça (TJ), o Tribunal de Contas (TC), o Ministério Público (MP) e a própria AL devem receber, no próximo ano, em torno de R\$ 459 milhões a menos, somados. O valor é uma estimativa, baseada no montante do FPE que foi destinado ao Paraná em 2016, isto é, R\$ 2,5 bilhões. O assunto ainda será discutido entre deputados e representantes

de cada órgão, alguns deles bastante reticentes quanto à mudança.

A LDO define de maneira genérica os recursos a serem empenhados pela gestão no ano seguinte. O detalhamento dos programas e políticas públicas, porém, é feito somente no segundo semestre, com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Conforme a legislação, a AL tem o direito de receber 3,1% das verbas do Executivo. Ou seja, deixaria de ficar com R\$ 76,5 milhões. Já o TJ, a quem cabe 9,5% do bolo, perderia R\$ 234,4 milhões, enquanto o TC, que recebe 1,9%, ficaria sem R\$ 46,9 milhões e o MP (4,1%) perderia R\$ 101,2 milhões. O chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB), disse ontem, em coletiva no Palácio Iguaçu, que os ajustes foram propostos com o objetivo de garantir melhor atenção a ações em áreas prioritárias da administração, como segurança, saúde e educação.

"Todos os poderes devem dar a sua contribuição nesse momento de crise. Se no presente nós estamos com a situação estável, é porque o

ajuste fiscal no Paraná e com a colaboração do povo paranaense foi realizado. Mas o que nós olhamos no futuro, no horizonte, é que a crise tem uma tendência muito grande de se aprofundar. E nós gostaríamos que todos nós encontrássemos, através de uma negociação, uma saída para esse impasse", argumentou. O tucano frisou, contudo, que não se trata de uma proposta fechada. "O governo Beto Richa sempre está aberto a negociações. Foi determinação do governador fazer essa intermediação entre os poderes, para que possamos chegar num denominador comum, analisando a situação financeira do Estado. Não queremos prejudicar os poderes, e sim pedir a colaboração", completou.

**CONTINUA**



20 ABR 2016

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo o relator da LDO, o deputado Elio Rusch (DEM), a peça, que começou a tramitar anteontem, após a leitura em plenário, será primeiro encaminhada à Diretoria Legislativa da Casa e, em seguida, para a Comissão de Orçamento, presidida por Nereu Moura (PMDB). O político lembrou que os deputados só podem sair para o recesso de julho depois da aprovação da lei. "Vamos abrir um prazo, provavelmente na semana que vem, para apresentação de emendas por qualquer um dos 54 parlamentares ou pelo próprio Executivo, até a votação." Neste período, o texto deverá sofrer uma série de alterações ou até mesmo ser substituído por um substitutivo.

# Oposição e base aliada divergem quanto à mudança na LDO

Curitiba - Representantes da base aliada e da oposição ao governador Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná reagiram de formas diferentes quanto à proposta do Executivo de modificar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, o repasse ao Tribunal de Justiça (TJ), ao Ministério Público (MP), ao Tribunal de Contas (TC) e à própria AL. De acordo com o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), o parlamento já devolve entre R\$ 250 milhões e R\$ 300 milhões anualmente aos cofres públicos, motivo pelo qual sentiria pouco a alteração na base de cálculo. "Agora, eu sempre afirmei com muita clareza que qualquer iniciativa passaria por um entendimento entre os poderes. Vamos conversar na sequência, para construir uma proposta que satisfaça a todos."

De acordo com Tadeu Veneri (PT), os sete opositores e mais boa parte da chamada bancada independente devem votar favoravelmente à medida. O

petista argumentou que o TJ, o TC, o MP e a AL dispõem hoje de verbas mais do que suficientes para suas necessidades. "O mais correto é que tenhamos um orçamento com esses valores já alocados, para que possam ser utilizados de forma mais plural. Essa história de devolver e depois os recursos serem usados conforme, às vezes, a conveniência deste ou daquele deputado acaba criando uma situação de desigualdade no tratamento orçamentário", disse.

O líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PSB), por sua vez, defendeu que a questão seja amplamente debatida. "Nós vivemos num estado democrático de direito, onde você tem que ter independência e harmonia entre os poderes. Os orçamentos têm de ser definidos a partir de um amplo processo de diálogo", ponderou. Segundo ele, houve uma expansão das atividades do TC e do MP, o que poderia dificultar a redução dos repasses.

CONTINUA

**20 ABR 2016**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **CONTINUAÇÃO**

“Há despesas que tem de ser efetivamente cumpridas. Na medida que você expandiu, melhorou o serviço, tem de ter receita para isso. Não há como de um ano para o outro subtrair tão brutalmente aquilo que está previsto já no planejamento.” Ele adiantou que hoje mesmo irá procurar o governador e os representantes dos demais poderes, para iniciar as conversas, em busca de um entendimento. (M.F.R.)

20 ABR 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Joaquim Barbosa critica votação do impeachment

‘É de chorar de vergonha’, disse o ex-presidente do STF, pelo Twitter, na terça

O ex-presidente do STF Joaquim Barbosa criticou na madrugada desta terça-feira (19) a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara, realizada no último domingo (17).

O alvo das críticas de Barbosa não foi o mérito do caso, e sim o comportamento dos deputados durante a sessão.

Em sua conta do Twitter, Barbosa indicou a leitura de uma reportagem da revista britânica “The Economist” que analisou as justificativas dos votos dos deputados,

muitos dos quais citaram a família e Deus como motivos dos votos e até o coronel Brilhante Ustra, torturador da ditadura militar.

Em seguida, escreveu: “É de chorar de vergonha! Simplesmente patético!”.

Ao final, o ex-presidente do STF profetizou a respeito da crise política: “Anotem: ainda teremos outras razões para sentir vergonha de nós mesmos em toda essa história”.

A repercussão nas redes sociais foi imediata. Na noite desta terça, o último tuíte havia alcançado 2.000 compartilhamentos e 2.700 curtidas.

## Retirar reportagens de sites é censura, diz Barroso

Fala ocorreu no STF em julgamento de empresário do Rio contra a revista ‘Veja’

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso afirmou nesta terça (19) que determinar a retirada de reportagens de sites de jornais ou portais na internet configura “censura”.

Na avaliação do ministro, pessoas que se sentirem ofendidas podem recorrer à Justiça para pedir retificação do texto ou direito de resposta, mas não podem requerer a exclusão das reportagens.

A fala ocorreu durante o julgamento da primeira turma do STF que discutiu pedi-

do de empresário do Rio para retirar da internet uma reportagem da revista “Veja” que o teria retratado como “mistura de lobista com promotor e arroz de festa”, por frequentar festas com a presença de celebridades.

A defesa do empresário disse que a reportagem usou termos “malévolos” para se referir a ele, além de não ter mais interesse público por ter sido publicada em 2013.

A votação da ação não foi concluída porque houve pedido de vista do ministro Luiz Fux, que propôs mais tempo para analisar o caso.

20 ABR 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Teori diz que não há prazo para julgar cassação

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki afirmou nesta terça (19) que ainda não há prazo para levar a julgamento o pedido de afastamento do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara.

A saída de Cunha foi pedida em dezembro pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Questionado sobre dificuldades para que o caso seja analisado, Teori disse que não poderia responder.

“Estou examinando”, afirmou Teori, que também é relator dos processos da Lava Jato no STF.

Segundo o ministro Gilmar Mendes, a demora pode se dever à falta de elementos. “Teori até hoje não trouxe porque não vislumbrou os pressupostos para isso”, disse.

O pedido da Procuradoria enfrenta resistências no STF. Ministros avaliam que determinar a saída de um presidente de outro Poder seria uma medida extrema e teria que ter robustos argumentos jurídicos.

Na ação, Janot apontou “manobras espúrias” de Cunha para atrapalhar as investigações contra ele na Lava Jato e o andamento do processo de cassação na Câmara. (MÁRCIO FALCÃO)

## PAINEL

**Não me curvo** Relator do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética, Marcos Rogério (DEM-RO) diz que só mudará o curso dos trabalhos por ordem do STF.

**Deixa comigo** “Me parece que o vice-presidente Waldir Maranhão quer se tornar corregedor do Conselho de Ética. Ele não tem essa atribuição”, afirma Rogério.

**veja bem** A PGR aguarda a decisão do STF para, só então, enviar os documentos sobre Eduardo Cunha ao Conselho de Ética. O ministro Teori Zavascki já autorizou o envio, mas a comunicação ainda não foi feita oficialmente ao Ministério Público.

20 ABR 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## SP tem vitória no STF sobre cálculo da dívida

Liminar muda fórmula de correção do débito; mérito da questão deverá ser julgado pelo tribunal no dia 27

**Ministro da Fazenda foi criticado por governadores em encontro ontem para discutir o tema**

EDUARDO CUCOLO  
MÁRCIO FALCÃO  
DE BRASÍLIA

São Paulo é mais um dos Estados que obtiveram decisão provisória do STF (Supremo Tribunal Federal) favorável à mudança na fórmula de correção da dívida com a União —troca de juros compostos para simples.

O ministro Celso de Mello deferiu nesta terça-feira (19) pedido do governo estadual para reduzir o pagamento da sua dívida, considerando que já houve decisões no mesmo sentido que favorecem Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará.

Ainda não há decisão para Alagoas, Sergipe e para a Prefeitura de Bauru (SP), que também recorreram ao STF.

Todas as decisões foram tomadas em caráter provisório. Diante da proximidade do vencimento da próxima prestação, os governos pedem para pagar um valor menor sem sofrer sanções.

O mérito da questão está previsto para ser julgado pelo tribunal no próximo dia 27.

Segundo cálculos do Tesouro Nacional e da consultoria legislativa do Senado, a dívida paulista deverá cair 74% (R\$ 138 bilhões) se o Supremo mantiver o entendimento. No total, a decisão do STF pode representar prejuízo de R\$ 313 bilhões à União.

Os Estados afirmam que a lei que muda o indexador das dívidas, de 2014, previu a aplicação da taxa Selic com juros simples, e não na fórmula de “juros sobre juros” (compostos), que teria sido imposta pelo governo por meio de decreto.

O governo federal afirma que a lei fala em “variação acumulada da taxa Selic”, o que no conceito financeiro significa juros compostos.

O STF promoveu um encontro entre o ministro Nelson Barbosa (Fazenda) e governadores nesta terça-feira para tratar do tema.

O ministro recebeu críticas dos governadores, que acusaram o governo federal de tentar transformar o benefício aprovado pelo Congresso em uma punição, por meio do decreto que determinou o uso de juros compostos.

“Não pode um decreto contrariar a lei complementar. A lei é clara. O objetivo era esse [o desconto]”, disse o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP).

O ministro da Fazenda afirmou que, ao pagarem um valor menor pelas suas dívidas, os Estados vão gastar mais em outras áreas e farão um superavit menor para o setor público. Essa diferença teria de ser coberta pelo governo federal.

“Uma decisão judicial pode levar a União a descumprir a meta fiscal”, afirmou o ministro, que já enviou ao Congresso Nacional pedido de autorização para não cumprir a meta fixada neste ano e, com isso, aumentar gastos federais.

Governadores contestam os argumentos. “Não existe ajuste fiscal para a União com Estados falidos e endividados”, afirmou o governador José Ivo Sartori (PMDB-RS).

### IMPEACHMENT

Barbosa afirmou que, neste momento de definição sobre o afastamento da presidente Dilma, as prioridades da Fazenda serão aprovar no Congresso a autorização para mudar a meta fiscal e a ajuda a Estados e municípios por meio do projeto que alonga e dá desconto a essas dívidas.

Disse ainda que o governo está sempre avaliando outras questões, como mudanças na área tributária. Ele citou estudos sobre alterações no Super-simples e no PIS/Cofins e propostas que aumentem a progressividade na tributação direta. “Essas medidas, creio que têm de esperar pela solução do impasse político.”

20 ABR 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Uma questão de justiça

**RAIMUNDO COLOMBO**

Legislação que dava fôlego às finanças dos governos estaduais tornou-se uma verdadeira punição a partir de decreto do governo federal

“A mão que afaga é a mesma que apedreja.” O verso do poeta Augusto dos Anjos se aplica perfeitamente ao que vivemos hoje em relação à dívida pública dos Estados.

Em um primeiro momento, o governo federal anunciou uma nova legislação para ajudar os Estados, deixando os gestores confiantes e agradecidos.

O princípio da lei complementar 148, sancionada em 2014, era claro: dar fôlego às finanças dos governos estaduais. Em 2015, entretanto, o mesmo governo federal inverteu as regras com o decreto 8.616, estabelecendo outra metodologia de cálculo para pagamento da dívida. Uma mudança drástica, transformando a legislação que beneficiaria os Estados em uma verdadeira punição.

As contas que fizemos em Santa Catarina não deixam dúvidas. Em 1998, firmamos com a União o contrato de refinanciamento da dívida, R\$ 4 bilhões à época. Até o final de 2015, o valor pago já somava R\$ 13 bilhões. Com o decreto, que prevê a cobrança de juros compostos (juros sobre juros), nossa dívida aumentará R\$ 9,5 bilhões, montante que deixará de ir para investimentos em educação, saúde, segurança e tantas outras áreas.

Aceitar essa alteração no pagamento da dívida sem discuti-la em profundidade seria injusto com todos os catarinenses que pagam impostos. No Supremo Tribunal Federal, já obtivemos liminar favorável que nos permite pagar o valor considerado justo da nossa dívida até o julgamento definitivo do mérito.

É importante salientar que Santa Catarina não cobra juros sobre juros em cima de débitos tributários com o Estado. Somos coerentes.

De forma alguma pregamos qualquer tipo de calote coletivo por parte dos Estados. Prova disso está no fato de que, mesmo antes da decisão favorável do STF, não deixamos de pagar nossas parcelas. O que fizemos foi depositar as mensalidades em uma conta específica. Não usamos esse dinheiro. Santa Catarina tem a tradição de honrar seus compromissos, mas a discussão sobre a dívida dos Estados é uma questão de Justiça.

Em parecer elaborado a pedido de nosso Estado, Carlos Ayres Britto, ex-ministro do STF, respalda o nosso entendimento de que o artigo terceiro da lei 148 fala em capitalização simples e contraria o decreto 8.616.

“Ora, ao prever como critério de aferição dos descontos do saldo devedor do Estado para com a União um método distinto daquele previsto na lei, o que fez o decreto 8.616/15? Desbordou dos limites tão estritos quanto benfazejos da lei complementar 148/14. Entrou em rota de colisão frontal com o seu conteúdo material e, mais do que isso, com a sua declarada e essencial finalidade: reduzir o nível de endividamento das unidades federadas. Razão pela qual é de ser denunciada a sua invalidade material”, escreveu.

O governo federal tem combatido nossa tese, alegando que existirá um desequilíbrio fiscal nas contas da União. A saída para evitar isso, em nosso entender, não pode ser mudar a legislação e penalizar os Estados.

É preciso ter ainda mais eficiência de gestão, cortar gastos, tomar decisões duras, como a necessária reforma da Previdência.

Em Santa Catarina, temos feito reformas importantes desde 2011, como a da própria Previdência. Assumimos o compromisso de não aumentar impostos. É na gestão que fazemos a diferença.

Estamos, mais uma vez, buscando o diálogo, o bom senso. Apenas alongar a dívida por 20 anos, como propõe o governo federal, é jogar para frente um problema que precisa ser resolvido agora.

RAIMUNDO COLOMBO é governador de Santa Catarina pelo PSD

20 ABR 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Petista pediu ajuda de Delcídio para soltar Odebrecht, diz delator

Ex-chefe de gabinete do senador afirma que indicação de ministro do STJ teria esse fim

O ex-chefe de gabinete do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) Diogo Ferreira afirmou, em delação premiada, que a presidente Dilma Rousseff pediu ajuda ao parlamentar para obter na Justiça a soltura do empreiteiro Marcelo Odebrecht, preso na Operação Lava Jato sob acusação de corrupção.

A ajuda ocorreria por meio da indicação de Marcelo Navarro ao cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

As declarações de Ferreira confirmam a delação premiada do seu ex-chefe.

De acordo com seu depoimento, Delcídio lhe relatou que Dilma conversou com ele sobre o assunto em um encontro particular. O pedido foi "que obtivesse de Marcelo Navarro o compromisso de alinhamento com o governo para libertar determinados réus importantes da Operação Lava Jato", diz o depoimento.

E completou: "Segundo o senador Delcídio do Amaral, a presidente Dilma Rousseff falou expressamente em Marcelo Odebrecht".

Ferreira relatou que ficou encarregado de fazer contatos com Navarro e juntou conversas por mensagens de celular em que marca encontros do futuro ministro do STJ com o senador.

As reuniões para tratar do assunto também ocorriam entre o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e Delcídio, segundo o delator.

Navarro, de fato, votou no

ano passado pela soltura de Marcelo Odebrecht em um habeas corpus no STJ, mas acabou sendo vencido pelos demais ministros, então a prisão foi mantida.

No segundo depoimento de sua delação, Ferreira detalhou como recebeu pagamentos do filho do pecuarista José Carlos Bumlai, Maurício, que seriam destinados a comprar o silêncio do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

Assim como já havia dito Delcídio, Ferreira afirmou que o ex-presidente Lula tinha preocupação com a possibilidade de Cerveró fechar a delação.

A delação foi firmada com a Procuradoria-Geral da República em 30 de março, mesmo dia dos depoimentos.

Diogo foi preso no ano passado após ter sido gravado em reunião na qual Delcídio prometia ajuda financeira a Cerveró e até discutia um plano de fuga. Atualmente, está em regime de prisão domiciliar. Delcídio também foi preso na ocasião.

### OUTRO LADO

A assessoria do Palácio do Planalto não comentou. Dilma já negou anteriormente as acusações do senador, afirmando que eram movidas por "vingança".

O ministro do STJ Marcelo Navarro também já afirmou anteriormente, em nota, que se reuniu com diversas autoridades, mas que nunca se comprometeu a assumir nenhuma posição específica. (AGUIRRE TALENTO, GABRIEL MASCARENHAS E MÁRCIO FALCÃO)

20 ABR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

# Renan quer que Lewandowski assuma condução do processo

## Presidente do Senado deu início às sessões do impeachment

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que vai convidar o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, a participar do rito do processo de impeachment de Dilma Rousseff antes do momento previsto na Constituição Federal, inclusive para conduzir as sessões de votação sobre o tema.

Pela lei, Lewandowski deveria assumir a sessão do Senado que vai votar, em plenário em última instância, sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff – prevista para ocorrer somente em setembro, se o processo tiver prosseguimento na comissão especial e no plenário do Senado. No entanto, Renan Calheiros anunciou ontem (19) que deseja que Lewandowski participe logo, após a fase de análise da admissibilidade, para evitar “questionamentos jurídicos”, conduzindo as sessões e tomando decisões. ■

## OAB vai pedir a cassação de Bolsonaro

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Rio de Janeiro (OAB-RJ) informou nesta terça-feira (19) que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a cassação do mandato do deputado federal **Jair Bolsonaro (foto)** (PSC). As alegações principais contra o parlamentar serão baseadas nas declarações dele ao anunciar seu voto a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, quando exaltou a memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar brasileiro a responder por um processo de tortura durante a ditadura (1964-1985). ■



20 ABR 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Entidade pede que STF declare válida lei sobre precatórios do DF

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 394), no Supremo Tribunal Federal procurando reparar supostas lesões decorrentes da controvérsia jurídica envolvendo a constitucionalidade da lei do Distrito Federal 5.475/2015. A norma fixou em 40 salários mínimos o valor máximo das obrigações de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatórios.

Segundo a entidade, a controvérsia está afrontando os princípios democrático e da separação dos Poderes (artigos 1º e 2º da Constituição Federal) e o direito fundamental concernente à razoável duração do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII, também da Constituição).

Na ADPF, a entidade representativa dos servidores públicos informa que a constitucionalidade do artigo 2º da Lei Distrital 5.475/2015 está sendo questionada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios pelo governador do Distrito Federal e pela Seccional do DF da Ordem dos Advogados do Brasil sob o argumento de que seria privativa do Poder Executivo a iniciativa de propor lei sobre essa matéria.

A entidade sustenta que como a lei distrital reproduziu dispositivos da Constituição Federal (artigos 61, parágrafo 1º, II, "a", "b"; 84, II, III, VI, "a"), o STF pode exercer o controle da constitucionalidade da controvérsia jurídica em questão.

Segundo a entidade, no último dia 5 de abril, o TJ-DF declarou a inconstitucionalidade formal da Lei 5.475/2015, modulando a decisão em relação ao artigo 2º, para preservar os pagamentos das requisições de pequeno valor efetuados com base no patamar de 40 salários mínimos. Ainda de acordo com a CSPB, a consequência dessa decisão foi o restabelecimento da lei anterior (Lei distrital 3.624/2005), que fixou em 10 salários mínimos o patamar máximo da requisição de pequeno valor.

A entidade sustenta que, caso não seja deferida a liminar, serão canceladas todas as requisições já expedidas e não pagas com base no limite de 40 salários mínimos e reduzido de 120 para 30 salários mínimos o limite do adiantamento devido aos idosos e doentes graves previsto no artigo 100, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

A confederação argumenta que a situação está comprometendo o direito fundamental à razoável duração do processo, "em razão da ampliação do número de credores da Fazenda Pública do Distrito Federal submetidos ao regime de pagamento por meio de precatórios de pública e notória morosidade e baixa efetividade, muitos dos quais servidores públicos titulares de créditos de natureza alimentícia".

A entidade pede liminar para suspender os efeitos de todas as decisões que declararam a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei distrital 5.475/2015, especialmente as proferidas pelo TJ-DF no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo governador do DF e pela OAB-DF, bem como para suspender o andamento desses processos.

No mérito, pede que seja julgada procedente a ADPF, com efeitos retroativos e para todos, a constitucionalidade do dispositivo em questão, cassando-se todas as decisões que tenham declarado sua inconstitucionalidade. A ADPF foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso.

**20 ABR 2016**  
**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

## **Apelação não impede internação imediata de menor infrator**

Salvo decisão judicial em contrário, a internação de adolescente infrator deve ser cumprida imediatamente após a sentença que impôs a medida, mesmo que a defesa tenha entrado com apelação e que o menor haja respondido ao processo em liberdade na primeira instância. A decisão é da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que acompanhou por maioria o voto do ministro Rogério Schietti Cruz. O julgamento pacificou o entendimento sobre o tema nas duas turmas do STJ especializadas em matéria penal. O Habeas Corpus analisado tratava de um menor que praticou ato infracional equivalente a roubo com arma de fogo.

20 ABR 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Pagamento de dívidas dos estados leva governadores e ministro ao Supremo

Governadores de estados endividados e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, participaram na terça-feira de uma reunião no Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro é intermediado pelo ministro do STF Edson Fachin e teve como temas a dívida dos estados e a mudança na fórmula de cobrança da taxa de juros - de composta para simples. Os estados querem pagar as dívidas com juros simples, mas para o governo federal o correto é o uso de juros compostos como no sistema financeiro.

Nas argumentações, os governadores disseram que, ao longo dos últimos anos, a dívida dos estados cresceu muito. Para eles, enquanto houve concentração de recursos com a criação de contribuições pela União, os estados arcaram, cada vez mais, com a prestação de serviços.

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, lembrou a Lei Complementar 148/2014 pela qual, disse, a União concederia descontos no saldo devedor. "Mas o decreto modifica a forma que a lei propõe. No caso de Minas Gerais, pagou a mais e deveria receber um crédito a mais." Minas Gerais foi um dos estados que conseguiram liminar do STF para pagar a dívida que tem com a União usando juros simples e não compostos sem sofrer sanções.

Já o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, afirmou que houve um desvirtuamento da renegociação da dívida porque os estados que deviam inicialmente um montante passaram a dever muito mais com a incidência de juros. Para ele, a taxa de juros acumulada é uma distorção e uma penalidade. Santa Catarina foi o primeiro estado a conseguir uma liminar no Supremo Tribunal Federal.

Outra unidade da Federação a ter uma decisão favorável no STF foi o Rio Grande do Sul. "Evidente que o governo federal dispõe de recursos que os estados não dispõem. Os estados não contam com [a possibilidade] de recorrer a bancos internacionais para rolar a dívida ou emitir moeda", disse o governador Ivo Sartori, do Rio Grande do Sul. "Vivemos uma realidade em que todo o Poder Público tem dificuldades. Nós estamos fazendo nosso dever de casa, com leis que não permitem gastar mais do que se têm."

Na segunda-feira, o Rio de Janeiro teve uma liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do STF. Representando o Rio, o secretário da Casa Civil do Rio, Leonardo Espíndola, disse que grande parte dos recursos do estado vem da indústria do petróleo, mas lembrou que a Petrobras vem enfrentando uma "enorme crise financeira" e falou também dos royalties.

"Além da crise, o valor dos royalties caiu no mercado internacional. Queda bruta no valor. Não era prevista. Só a diminuição no valor do barril impactou nas contas." O secretário lembrou que o estado está devendo salários a aposentados e pensionistas.

Além dos estados que já conseguiram liminares no STF, outros vêm levando a questão da dívida à Justiça. Estes estados também participaram da reunião. O governador de Alagoas, Renan Filho, alegou que a legislação prevê uma forma de desconto. "A lei diz que é a União autorizada a discutir desconto sobre os saldos devedores."

20 ABR 2016

## BEMPARANÁ

### Com proposta de corte em repasse, LDO gera polêmica

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, que chegou à Assembleia Legislativa do Paraná na última segunda-feira, promete movimentar a Casa neste ano. Pela primeira vez, o governo não incluiu o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual constitucional obrigatório a ser repassado aos Poderes Legislativo e Judiciário. Na prática isso representará um repasse menor à Alep, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas do Paraná.

Com isso, o governo conseguiu o inusitado. "Sugerimos no ano passado essa redução e neste ano o governo enviou a proposta e, por isso, vamos aprovar", disse o deputado da oposição Tadeu Veneri (PT). Já o líder do governo na Casa, o deputado Luis Claudio Romanelli (PSB), quer mais debate. "Como mexe com vários setores, temos de discutir mais o assunto", disse. "O governo fez essas alterações, mas já se mostrou aberto a negociações", disse o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB).

Considerando-se o volume do fundo que será repassado ao Paraná neste ano, de R\$ 2,5 milhões, os outros poderes perderão ao menos R\$ 459 milhões para o Executivo.

20 ABR 2016

## BEMPARANÁ

# Na Câmara, 58,09% respondem processos na Justiça

Dos 513 deputados federais inscritos para a votação que decidiu sobre a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrida no último domingo, 298 respondem a processos na Justiça. O número representa o total de 58,09% dos parlamentares que compõem a Câmara dos Deputados. Os dados foram levantados pelo Portal EBC na plataforma do Projeto Excelências, da ONG Transparência Brasil.

Dentre os parlamentares que se posicionaram favoravelmente ao prosseguimento do processo de impeachment, 58% possuem algum questionamento jurídico. Já entre os que votaram a favor do governo, de todos, 54% respondem ou já foram condenados em algum processo. Entre deputados ausentes ou que se abstiveram de votar, 100% têm pendências judiciais. Os processos estão em diversas instâncias e vão desde crimes eleitorais até processos de má gestão do dinheiro público e corrupção.

O deputado recordista em termos de números de processos, de acordo com a Transparência Brasil, é membro da Mesa Diretora da Câmara. Beto Mansur (PRB-SP), 1º Secretário da equipe presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tem 45 processos na Justiça.

A maioria é por conta da época em que Mansur foi prefeito de Santos, mas um dos processos é uma indenização de R\$ 200 mil paga a trabalhadores de sua fazenda que, segundo o TRT, tinha condições de trabalho análogas à escravidão.

Em segundo lugar na lista, está o deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PI), com 35 processos.

20 ABR 2016

## BEMPARANÁ

### Legitimidade

O MP pode propor ação civil pública para discutir direitos dos consumidores. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Índios

Fazenda ocupada por indígenas é isenta de pagar o Imposto Territorial Rural, enquanto durar a ocupação. A decisão é do juiz da 1ª Vara Federal de Dourados (MS).

### Falsidade

Apresentar identidade falsa durante abordagem policial não é autodefesa. O entendimento é da 6ª Turma do STJ.

### Gravidez

Por decisão do Conselho Nacional de Justiça, não é possível fazer separação ou divórcio consensual em cartório caso a mulher esteja grávida.

### Simples

A Receita Federal é obrigada a incluir sociedade individual de advogado no sistema tributário simplificado de tributação - Simples. A decisão é da juíza da 5ª Vara Federal do Distrito Federal.

### Passagens

A União não é obrigada a licitar compras de passagens aéreas para os servidores que viajam a trabalho, pois eles podem adquiri-las na companhias aéreas, sem que isso caracteriza qualquer ilegalidade. O entendimento é do TRF da 4ª Região.

### Hospital

Município pode ser responsabilizado por erro de hospital público municipal, ainda que este seja uma autarquia com personalidade jurídica própria. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

20 ABR 2016

# TRIBUNAL DO PARANÁ

## AFASTAMENTO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki afirmou ontem que ainda não tem uma data para levar ao plenário da Corte o pedido de afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), do cargo e da cadeira de deputado federal. O pedido foi feito há quatro meses pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, mas a ideia de afastar o presidente de outro Poder enfrenta resistência entre os ministros e foi deixada de lado pela Corte.

## PROPINA

Em audiência ontem, o ex-diretor de Internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró, afirmou ao juiz federal Sérgio Moro que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), 'apoiou' o lobbista e operador de propinas do PMDB Fernando Falcão Soares, o Fernando Baiano, no recebimento de parte de uma propina de US\$ 20 milhões da coreana Samsung Heavy Industries. O dinheiro seria relativo à contratação de uma segunda sonda da Petrobrás da série 10.000. O negócio foi acertado em 2006 - na ocasião, Cunha já exercia mandato parlamentar, mas não ocupava a presidência da Câmara.

# METRO

## 19 ABR 2016



### **Prefeito mirim assume hoje**

Os políticos mirins eleitos do Colégio Opet tomam posse hoje à tarde dos cargos de prefeito, vice e 13 vereadores da gestão 2016 da Cidade Mirim, espaço dentro da instituição. Na foto, o prefeito mirim Matheus Andrey, do 4º ano do Fundamental, com o desembargador do TRE-PR Luiz Fernando Tomasi Keppen.